

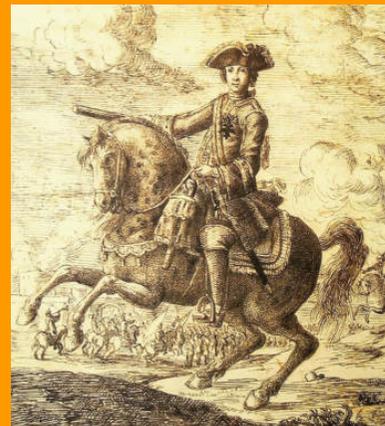
ACAFA

Nº 5 (2012)  On-line

**GUILHERME DE SCHAUMBURG-LIPPE.
O HOMEM PARA LEVANTAR O REI**

Wilhem Schaumburg-Lippe

António Manuel Silva



Vila Velha de Ródão, 2012

GUILHERME DE SCHAUMBURG-LIPPE. O HOMEM PARA LEVANTAR O REI

Wilhem Schaumburg-Lippe

António Manuel Silva¹

Palavras-chave: Guerra dos Sete Anos, Pacto Família, Serra das Talhadas, Conde de Lippe, reorganização militar, Marquês de Pombal, D. José I, guerra defensiva.

Keywords: Seven Years' War, Family Pact, Talhadas Mountain, Count of Lippe, military reorganization, the Marquis of Pombal, King Joseph I of Portugal, defensive war and Count of Schaumbourg-Lippe.

¹ António Manuel M. Silva, licenciado em História pela Faculdade Letras da Universidade Clássica de Lisboa, bolsheiro da Fundação Oriente, em Timor (2002), colaborador do Dicionário de Educadores Portugueses (ASA, 2003), actualmente, para além de professor de História no ensino secundário, é investigador no projecto de âmbito internacional "Education and Cultural Heritage: schools, objects and practices" apoiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia e pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE).

Resumo

Frederich Wilhem Ernst (Frederico Guilherme Ernesto) nasceu em Londres (1724) e viria a falecer no condado de Schaumburg-Lippe, do qual passara a ser conde reinante, em 1777, na Baixa Saxónia (Alemanha).

Militar competente e experimentado, é aconselhado pelo rei inglês às autoridades portuguesas, chegando a Portugal no contexto da Guerra dos Sete Anos, em 1762, com o objectivo de ajudar nas lutas contra espanhóis e franceses e promover a reorganização militar portuguesa.

Encontramo-lo na região do agora ainda denominado Pinhal Interior Sul (Mação, Cardigos, Proença a Nova, Sobreira Formosa e Alvito da Beira) comandando tropas e orientando a construção de conjuntos defensivos na Serra das Talhadas.

Alemão ou inglês, militarista ou homem das luzes, inflexível ou tolerante, mercenário ou homem de causas, reformador vitorioso ou político fracassado, Guilherme de Schaumburg-Lippe foi muito provavelmente um europeu antes de existir a Europa, propriamente dita.

Abstract

Frederich Wilhelm Ernst was born in London (1724) and died in Schaumbourg-Lippe county, where he was the reigning count since 1777, in Lower Saxony (Germany). Being a competent military with experience, he was advised by the English king to the Portuguese authorities, and he arrives at Portugal during the seven years' war, in 1762, with the aim of helping in the fights against Spanish and French people and promoting the military Portuguese reorganization.

We meet him in the area, which is still called now, "Pinhal Interior Sul" (Mação, Cardigos, Proença-a-Nova, Sobreira Formosa and Alvito da Beira) commanding troops and leading the formation of defensive groups in Talhadas mountain.

German or english, militarist or enlightened, stern or tolerant, mercenary or a man fighting for causes, successful reformer or failed politician, Wilhelm from Schaumbourg-Lippe was probably an European before the existence of Europe itself.

Introdução

Nos antigos manuais de história, o "Conde de Lippe" aparece como o alemão chamado pelo Marquês de Pombal, no contexto da sua acção de reforma global da sociedade portuguesa, para reorganizar o exército português e ajudar nas lutas contra espanhóis e franceses, na segunda metade do século XVIII. Os manuais actuais raramente referem o Conde, preocupados que estão em abordar prioritariamente as dimensões económicas e sociais, descurando os aspectos políticos e militares.

Uma bibliografia mais específica e particularmente dedicada ao Pinhal Interior Sul, especialmente aos concelhos de Proença-a-Nova e Mação, (e também a Vila Velha de Ródão) refere a presença do "Conde de Lippe" como mandante da construção de um conjunto defensivo constituído por fortes e baterias, em 1762, nos cumes da Serra das Talhadas. Simultaneamente, também nos dá conta da sua acção como comandante militar dirigindo as tropas luso britânicas que manobravam desde a Sobreira Formosa, passando pela Cortiçada (Proença-a-Nova), em direcção a Cardigos, com destino à região de Mação e Abrantes,

onde estava o QG, depois do confronto com os espanhóis, no Alvito, em 03 de Outubro de 1762.

Quem era o “Conde de Lippe”? Alemão ou inglês? Militarista puro e ortodoxo da escola prussiana ou um moderno cidadão iluminista ligado à maçonaria europeia? Quais os objectivos que o trouxeram a Portugal e qual o resultado da sua intervenção? Que actualidade poderemos, hoje, encontrar no seu pensamento e acção?

Esboço para um perfil

FREDERICH WILHELM ERNST era o nome de baptismo de Frederico Guilherme Ernesto, que viria a ficar conhecido na História como Conde de Lippe. Nasceu em Londres, a 24 de Janeiro de 1724, quando o pai, Albert Wolfgang, conde de Schaumburg-Lippe (Baixa Saxónia) ali se encontrava ao serviço da dinastia de Orange. Era neto, por via bastarda, de Jorge I, rei da Grã-Bretanha. Com 19 anos já participava ao lado do pai, então general ao serviço da Holanda, na batalha de Dettiragen, contra a França, no âmbito da Guerra da Sucessão da Áustria. Seguiu a

vida militar nas fileiras inglesas em várias forças, no exército e na marinha.

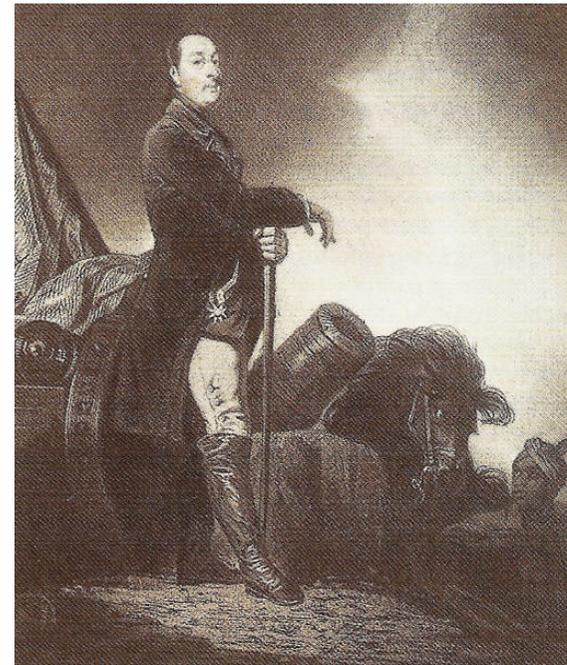


Figura 1. Conde de Lippe (colecção particular).²

² Quando não está especificada, a fonte das fotografias apresentadas é Barrento (2996).



Figura 2. Retrato do Conde de Lippe.

Entretanto, foi fazendo a sua preparação académica e cultural estudando e viajando por várias cidades e países europeus: Genebra, Leiden, Montpellier, Londres, Berlim, Itália e Hungria. Aprendeu a falar alemão, francês, inglês, latim, italiano e, mais tarde, um pouco de português. Em Berlim, na corte de Frederico, “O Grande”, teve

oportunidade de se relacionar com Voltaire. As viagens e os estudos diversificados permitiram-lhe adquirir competências em variados domínios como matemática, ciências militares, artilharia, história, filosofia, ciências políticas, medicina e música, sendo um excelente executante de cravo e violino.

Para além de senhor de uma cultura enciclopédica, Guilherme, Conde de Lippe, era dotado de uma forte compleição física, sóbrio na alimentação e pouco dado ao sono. Era um esgrimista reconhecido, um cavaleiro afamado e um atleta de eleição no salto em altura. Os retratos apresentam-no magro, de testa larga e olhos grandes. Os registos dos que com ele privaram falam de um homem nervoso, inteligente, bom e de poucas palavras que, todavia, usava habitualmente de forma clara e afável. Vestia sempre um fato azul sem grandes enfeites, onde apenas sobressaia a cruz da Águia Negra, de cuja ordem real prussiana era cavaleiro, e andava sempre de chapéu e botas altas. Dele escreveu o seu secretário e intérprete oficial, Manuel da Silveira: “o que desculpa e disfarça tudo, é o Sr. Marechal, (Conde de Lippe), menos o que respeita ao serviço de El-Rei, em que então não se pode conter. Não vi homem mais desprezador dos trabalhos, das fadigas, do fausto; reparte o tempo no conhecimento do país e na expedição das ordens e exposições. É

inimigo da lisonja, do cortejo, do aplauso; o que quer é ver o soldado, o oficial no seu posto; dá com uma cega generosidade (...); é calado, amigo do silêncio e da ordem”.

Para ajudar a perceber a formação intelectual e ideológica do Conde de Lippe, terá alguma utilidade referir a mais que provável filiação maçónica do Conde, reconhecida pelos seus biógrafos e reforçada pelo facto de a maçonaria ter sido introduzida no condado de Schaumburg por seu pai e muitos dos militares que o acompanharam virem mais tarde a integrar lojas maçónicas, em Portugal.

Os estudiosos da vida e personalidade do “Conde de Lippe” são unânimes em mostrar um homem culto, prudente, cortês e adaptável aos ambientes e novas circunstâncias.

Em 1748, com 24 anos, sucedeu a seu pai no governo do condado e passa a ser titulado de Conde Reinante de Schaumburg-Lippe. No início (1756) da Guerra dos Sete Anos, uniu as suas forças, organizadas segundo o modelo prussiano, ao exército de Hannover, foi nomeado grão-mestre de artilharia pelo rei de Inglaterra e combateu em várias batalhas.



Figura 3. Anton Wilhelm Strack, a partir de Ziesenis, c. 1782 (Museu Gleimhaus Halberstadt)

Contexto político e militar

Foi este o homem, na época com 38 anos, que o rei inglês, Jorge II, aconselhou ao Marquês de Pombal para ajudar Portugal perante a

invasão franco-espanhola, apontando as qualidades profissionais e a estima, prestígio e consideração que o conde, membro da família real inglesa, gozava na Inglaterra.

Em 1756 reabentava o que se pode considerar uma guerra à escala mundial – a Guerra dos Sete Anos – entre as potências coloniais, com ramificações na Europa, na América, na África e na Ásia. Tratava-se de um conflito continental que envolveu batalhas travadas na Europa Central entre a Prússia e uma coligação envolvendo a Áustria, França e Rússia e um combate além-mar entre a Grã-Bretanha e a França, mais tarde auxiliada pela Espanha e que levou as hostilidades ao Canadá, à Índia, a Cuba e às Filipinas. Portugal conseguiu manter a neutralidade até quase ao final da contenda. Contudo, em consequência do Pacto de Família, assinado em 15 de Agosto de 1761, materializando uma aliança franco-espanhola dos Bourbons contra Inglaterra, D. José viu-se obrigado a participar na contenda optando por um dos lados. Instado a aderir ao Pacto, recusou, preferindo manter a velha aliança com os britânicos. Com um qualquer pretexto, estava aberto o caminho para uma invasão do reino por forças espanholas e francesas.

Em Portugal, que desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714) mantinha um clima de paz, havia consciência da não preparação militar para participação num conflito europeu. Os efectivos militares não chegavam aos vinte mil homens, mal armados e indisciplinados. Dizem os testemunhos da época que as fronteiras se achavam abertas e as praças desmanteladas, os regimentos incompletos e vazios os depósitos de material de guerra. Os oficiais eram incompetentes e muitos deles criados de casas fidalgas, mais ocupados e preocupados com o serviço dos senhores do que com as tarefas militares. Aos soldados faltava a instrução e a disciplina. Um viajante italiano conta que, numa vila alentejana, foi abordado por soldados que mendigavam e que, a troco de algumas moedas, lhe fizeram uma serenata de tambores. Em 1761, o embaixador francês informava que há ano e meio que não se pagava à tropa que pedia esmola mesmo quando estavam de sentinela. Outros relatos informam que os soldados pediam nas ruas com o rosário em uma das mãos e um chapéu esfarrapado na outra. Frequentemente transformavam-se em ladrões.

Concluindo, como Martins Barrento (2006): “ ... de facto, não havia guerra há muito, os militares desabituarão-se de suportar as armas, os

Generais de suportar a disciplina e o Poder Político de suportar o Exército”. Em suma, na prática, não havia Forças Armadas.

Foi neste contexto que, a pedido do futuro Marquês de Pombal, o rei inglês, Jorge II, aconselhou a contratação do Conde de Lippe que, diga-se, não aceitou a tarefa de ânimo leve, consciente como estava das dificuldades que viria encontrar. Na verdade, em duas cartas, uma ao primeiro-ministro britânico e outra ao embaixador português em Londres, deu a conhecer as dúvidas com que se debatia: a falta de conhecimentos sobre Portugal, o desconhecimento da língua e do clima, não ser católico e ser totalmente desconhecido dos portugueses. Alegava ainda não querer ausentar-se muito tempo dos seus domínios, na Alemanha.

Apesar de tudo, chegou a Lisboa a 02 de Julho de 1762. Com ele vinham vários oficiais estrangeiros, entre eles um irmão da rainha de Inglaterra e marechal de campo do exército inglês.

Consciente da situação de fraqueza e de desorganização, face à invasão do território que já se tinha iniciado, o Conde começou por definir um plano militar defensivo. Simultaneamente, concentrou o seu esforço em disciplinar o exército no campo motivacional e material:

promoveu os pagamentos atempados para evitar as deserções e os descontentamentos e conseguiu o fardamento adequado dos efectivos. Enquanto isso, trabalhou a integração das forças disponíveis, nacionais e estrangeiras e mandou fortalecer algumas posições militares estratégicas, entre elas a Serra das Talhadas.



Figura 4. Choque Alvito (Cavaleiro Faria).

Depois de um início desastrosos em que praticamente o inimigo não encontrou resistência em Trás-os-Montes, com a chegada de Lippe foi

possível organizar uma oposição mais efectiva. O próprio Conde reconhece nas suas Memórias que os portugueses eram dotados de todas as qualidades militares e que, apesar das circunstâncias adversas da época, deram provas como nenhum outro povo no rápido progresso feito em todos os ramos da arte da guerra, logo que o governo tratara a sério da reforma do exército. Contudo, o que verdadeiramente impressionou Conde de Lippe foi a eficácia militar da guerrilha na ocupação e defesa do terreno não ocupado pelas tropas regulares e na sua capacidade para flagelarem as rectaguardas inimigas. Reconhece-lhes, contudo, uma limitação. É que a sua eficácia apenas se comprovava nas montanhas e não em terrenos planos, sendo por isso que nunca arriscou retirar as suas forças militares regulares para muito longe do Tejo. Já de regresso à Prússia, vai insistir na necessidade de usar a capacidade militar das populações e exercitá-las na guerra móvel para criarem embaraços permanentes ao inimigo. Teria aprendido, pois, em Portugal as tácticas e a importância de uma guerra de guerrilha.

O conflito termina com a assinatura de um armistício entre o Conde de Aranda e o Conde de Lippe, em 01 de Dezembro de 1762. A confirmação da paz definitiva acontece a 7 de Março de 1763.

Embora as tropas inglesas tenham regressado a casa, Lippe ainda permaneceu em Portugal mais dois anos, continuando a obra que iniciara nas Forças Armadas. Até setembro de 1764, trabalhou para criar organização, disciplina e instrução no exército português. Antes de regressar aos seus domínios, escreve a Sebastião José Carvalho e Mello afirmando: “O essencial está feito. Existe exército. Há leis e artigos de guerra. Um regulamento sobre a organização, a composição, a disciplina, o serviço, a instrução, a justiça, o pagamento e o recrutamento da tropa. Estas leis acham-se em execução e são observadas habitualmente em quase três quartas partes dos regimentos. São disposições completas, inquestionavelmente novas, e de espécies diferentes, pelo que poderiam encontrar maiores dificuldades na adopção. Tudo se acha todavia em prática e removido de obstáculos. Actualmente ainda é preciso e sempre necessário, isto é, uma vigilância incansável no fazer cumprir escrupulosamente as últimas leis, regulamentos e artigos de guerra” (Sales, 1936).

D. José decidiu que o Conde de Lippe, embora ausente de Portugal, conservasse o comando do exército português e mantivesse uma ligação permanente aos assuntos militares nacionais. A verdade é que, perante novo desentendimento entre os reis de Portugal e Espanha,

ainda em 1764, o conde é novamente chamado a regressar a Portugal. Não aceita, mas avança alguns conselhos. Virá em 1767 para observar no terreno a evolução da organização militar portuguesa e orientar manobras militares conjuntas com a presença do rei e demais autoridades políticas, regressando em Fevereiro de 1768.

Até ao final da sua vida, 10 de Setembro de 1777, nunca deixou de se preocupar com a situação militar portuguesa e aconselhou sempre as autoridades portuguesas no que lhe parecia ser o melhor caminho no que respeitava à logística, administração, aquisição de equipamentos, soldados, técnicas, disciplina, treino e até contratação de oficiais.

A verdade é que, apesar do empenho do Conde de Lippe, aquando da morte de D. José, dizem alguns testemunhos que já se encontravam “sem oficiais quase todos os corpos militares e o exército, em todos os seus serviços em mísero estado”. Sales informa que “com a ausência definitiva do Marechal-General, o exército voltou gradualmente ao estado desolador do tempo passado; um dia começou faltando o fardamento no tempo prescrito para ser fornecido; os vencimentos perderam a regularidade com que legalmente deviam ser feitos; os recrutas passaram a faltar também nos efectivos dos corpos; o quadro

de oficiais ia-se restringindo, porque era caro haver promoções, e os poucos que havia mal ocultavam o seu descontentamento em razão da insuficiência do soldo mal pago, e do desrespeito pela antiguidade sempre atropelada pelas exigências predominantes da fidalguia”.

Avaliação

Que juízo fazer da acção desenvolvida e inspirada por Lippe em Portugal?

Vamos considerar dois momentos e dois objectivos: o período inicial e objectivo imediato de impedir uma invasão com a ocupação do território; o período seguinte com o objectivo de reestruturar as forças militares portuguesas.

Reconhecendo méritos evidentes na condução da defesa, não estaremos muito longe da verdade se considerarmos que o êxito relativamente ao primeiro objectivo se ficou a dever muito à desorientação de movimentos e falta de clareza nos comandos dos invasores - em seis meses mudaram de comandante supremo uma vez

e quatro de plano de acção – e às dificuldades de abastecimento encontradas pelos agressores.

Quanto à reestruturação promovida pelo conde, ela foi pensada e conduzida de uma forma tão inovadora que muitos historiadores militares contemporâneos não hesitam em considerá-la actual e modelo que pode ser extrapolado para a actualidade: “ Na implementação das medidas percorreu todas as componentes importantes – pessoas, processos, organização e tecnologia. Mais, fê-lo tendo em atenção a importância relativa de cada uma, consoante o contexto a fazer frente. Por isso privilegiou, logo quando chegou, as “pessoas” e a “organização”. Liberto dos empenhamentos da guerra concentrou-se na “organização” e nos “processos” e distante de Portugal, voltou a dar importância, essencialmente, às “pessoas”, sem contudo isso significar o abandono das outras componentes” (Freire, 2005).

Curiosamente, agora, em 2013, quando se volta a falar com tanta acuidade na “refundação e na reestruturação do Estado” e se voltam a encomendar estudos e a convidar especialistas estrangeiros na matéria, recebemos os recados: “tenham em consideração o contexto cultural do país, as capacidades técnicas do pessoal do Estado, o grau de

confiança entre os cidadãos e os governantes, o sistema de incentivos existente e o nível de descentralização” (Lopes, 2013). Já em 1776, respondia o Conde de Lippe ao Marquês de Pombal, que o chamava novamente a Portugal em momento de outro aperto militar: “... estou convencido que, no caso actual do exército em Portugal, nenhuma qualidade pode contrabalançar a de conhecer o exército, o local, a língua, a ser conhecido dos oficiais e da tropa, e conhecer esta e aqueles; numa palavra, de toda a maneira é mais conveniente e útil dar o comando a um general escolhido, por assim dizer, no seio do exército, do que confiar este importante posto a um general que, por maiores talentos que tivesse, e por mais perfeito que fosse, se acharia transplantado para obrar em um terreno incógnito; e, prevenido, com outras ideias, resultariam de tudo incertezas e inovações que, não podendo ajustar-se com o que já está estabelecido, produziriam inconvenientes e perigos” (Sales, 1936). Dito isto, não regressou. Obviamente. 237 anos depois, as mesmas advertências. Que visão! Que actualidade!

Poderá questionar-se a razão de ter regressado a indisciplina e a desorganização às forças militares portuguesas tão rapidamente depois do regresso do Conde de Lippe aos seus senhorios alemães.

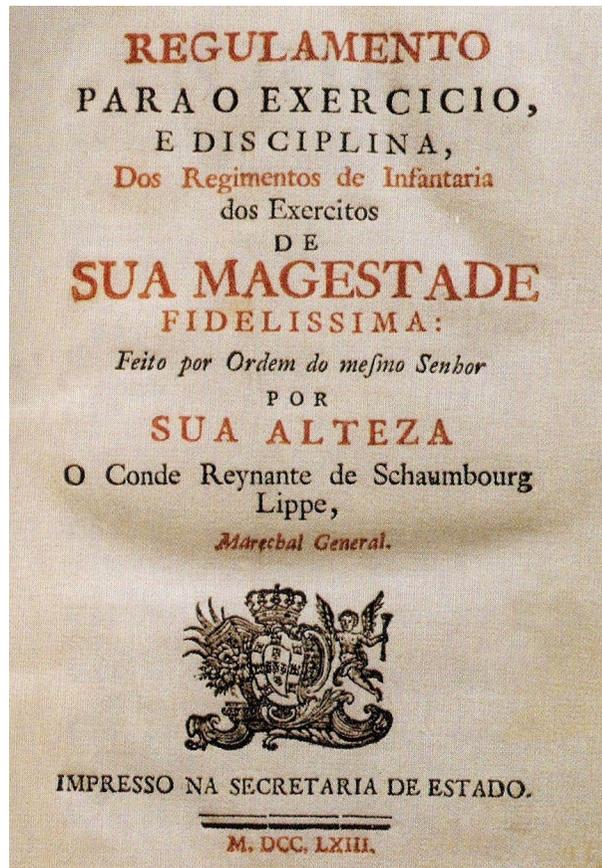


Figura 5. capa do Regulamento de 1763 (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)

Não andaremos muito longe da verdade se enunciarmos: a má vontade contra os estrangeiros; o “espírito de intriga”, que passou da corte para o exército; a arrogância analfabeta e ignorante da nobreza portuguesa e a correspondente “estreiteza de vistas”; a preguiça perante um esforço quotidiano exigido aos militares; a cultura de ociosidade habitual na fidalguia lusitana; o desprezo pela aquisição de saberes técnicos específicos e formais; a não ameaça permanente da guerra e por fim, mas não em último lugar, a falta de afectação de recursos financeiros por parte das autoridades políticas.

Pela conjugação de todas estas circunstâncias, a obra não sobreviveu ao criador. Por mais que ele se esforçasse e demonstrasse competência.

Conclusão

Alemão ou inglês? Militarista puro e inflexível ou maçónico e homem das luzes, enciclopédico, tolerante e amigo da liberdade? Mercenário ao serviço de reis e senhores ou humanista ao serviço de causas? Afinal quem era **FREDERICH WILHELM ERNST, Conde reinante de**

Schaumburg – Lippe - Buckeburg? Quiçá um pouco de tudo ao mesmo tempo. Garantidamente um verdadeiro europeu antes de existir Europa. Foi este o homem que o rei inglês nos enviou com o objectivo de, no dizer do seu primeiro-ministro, não de levar D. José I ao colo, mas de o levantar.

Referencias bibliográficas

Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severiano (Dir.) (2004) - *Nova História Militar de Portugal, Vol.2*, Circulo de Leitores, Lisboa.

Barrento, António (2006) - *Guerra Fantástica.1762.Portugal,o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*, Tribuna, Lisboa.

Desconhecido (1945) - *Schaumburg-Lippe*, in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.XXVII, Editorial Enciclopédica, Lisboa/Rio de Janeiro.

Freire, Miguel (2005) - Um Olhar Actual sobre a “Transformação” do Conde de Lippe, in *Nação e Defesa*, Outono-Inverno, n.º112, 3.ª Série, pp. 137-166.

Graça e Silva Dias, J. S. da (1980) - *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal, Volume I, Tomo I*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

Lopes, Bruno Faria (2013) - *Reforma do Estado. Sem tempo, consenso e conhecimento?* In “i”, 29 de janeiro, pp 2-3.

Marques, António Henriques Oliveira (1976) - *História de Portugal*, Palas, Lisboa.

Matos, António de Oliveira (1947) - *Monografia do Concelho de Mação*, Oficinas Minerva, Famalicão.

Matos, Gastão de Melo de (1975) - *LIPPE, Conde de (1724-1777)*, in Dicionário da História de Portugal (Joel Serrão), vol. III, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

Mattoso, José (Dir.) (1993) - *História de Portugal, vol. IV*, Círculo de Leitores, Lisboa.

Monteiro, Mário e Pereira, André (2008) - *O Forte das Batarias Sobre a Ribeira do Alvíto (Proença a Nova). Análise Preliminar da Intervenção Arqueológica*, in AÇAFA on line, n.º1, Associação de Estudos Alto Tejo, (www.altotejo.org).

Nogueira, José Manuel Freire (2004) - *As Guerras Liberais – Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*, Edições Cosmos/Instituto da defesa Nacional, Lisboa.

Nunes, António Lopes Pires (2002) - *A Guerra dos Sete Anos e a Invasão Francesa na Beira Baixa. Aspectos Militares*, in AÇAFA n.º 5, Associação de estudos do Alto Tejo, Vila Velha de Ródão.

Peres, Damião (1934) - *História de Portugal, Vol.VI*, Portucalense Editora, Barcelos.

Sales, Ernesto A. P. (1936) - *O Conde de Lippe em Portugal, Comissão de História Militar*, Vila Nova de Famalicão.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1981) - *História de Portugal, Vol.VI*, Editorial Verbo, Lisboa.

Vicente, António Pedro (2000) - *O Tempo de Napoleão em Portugal - Estudos Históricos*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa.

<http://www.arqnet.pt>